

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências – Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta – UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH – UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT – Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sSPORTELLA@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação xi

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização 3
Luciano Lourenço

La construcción social de la prevención. Un concepto
en construcción 45
Virginia García-Acosta

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas 57
Antenora Maria da Mata Siqueira

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma
dinâmica tecnopolítica perversa 79
Norma Valencio

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e
impasses ao assistente social em contextos de desastres 123
Dora Vargas

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 141
Juliana Nazareno Mendes

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião
de São Tomé 161
Arthur Soffiati

A liberdade se equipara à vida 187
Sergio Portella

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia 205
Marco Antonio Sampaio Malagoli

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III

Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virginía Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretivas conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes

Layla Stassun Antonio

The kinds of policies that would value all lives would challenge the dualistic thinking behind the simplistic categories of “humans” and “animals.” Activists must continually challenge speciesism, wherever it appears. The anthropocentric assumptions that permeate our culture are a disaster waiting to happen (IRVINE, 2006, p. 14).

Quando uma catástrofe acontece, pensamos em resgatar vidas. Entretanto, de quais vidas estamos falando? Você pensa em seu gatinho ou cachorrinho quando reflete sobre o que faria caso uma enchente invadisse sua casa? Saberíamos como proceder? E sobre aqueles que estão nos abrigos municipais? E os errantes, vivendo nas ruas? Quem pensa neles? Com base em pesquisa prévia (ANTONIO, 2013), podemos afirmar que esta é uma responsabilidade que, na prática, passa longe de ser prioridade do poder público. Apesar de animais de companhia formarem parceria histórica com os seres humanos – de comprovadamente trazerem benefícios variados para nós – animais não-humanos, em situação de emergência, ainda acabam sendo deixados para trás. Os motivos para essa triste realidade são inúmeros, e não vamos nos ater a eles. Neste capítulo discutiremos como criar planos de contingência que incluam os animais de companhia, baseando-nos em literatura interdisciplinar e internacional que, a partir de estudos de caso, despontam alguns caminhos viáveis para realizar esse passo.

Para desenvolver planos dessa natureza, é essencial que exista parceria prévia entre os atores envolvidos em um cenário de desastre: população, grupos organizados da sociedade civil e ente público. **Parceria** compreende um arranjo em que duas ou mais partes estabelecem um acordo de cooperação para atingir interesses comuns. Nesse sentido, é importante a abertura e o comprometimento das partes para que mais – e as mais diversas – vidas sejam preservadas no caso de um acontecimento trágico.

Animais de companhia são as espécies mais próximas de nós, que habitam nosso ambiente doméstico. Desastres afetam tanto pessoas quanto animais. Nós não somos as únicas vítimas. Aqui focaremos somente a categoria que estamos chamando de animal de companhia, entretanto, devo ressaltar que outras espécies de animais, muitas delas intrínsecas ao nosso modo de vida, apesar de invisibilizadas, também sofrem os efeitos de um desastre. As

questões envolvendo animais utilizados para alimentação, vestuário, lazer, pesquisa, etc. também precisam ser urgentemente problematizadas. A perda de suas vidas não é nem mesmo contabilizada como morte, mas como prejuízo para produtores ou perda de dados de pesquisa.

Whereas most people knew of the plight of companion animals following Katrina, the animals used for food, commonly called “livestock,” rarely merited mention. Animals used in research received even less attention. In the downtown New Orleans laboratories of Louisiana State University’s Health Sciences Center, eight thousand animals used in research died because of Katrina. Poor planning and no regulations meant that most of the animals drowned in their cages or died of suffocation, starvation, and dehydration (IRVINE, 2009, p. 3).

Vulnerabilidade e desastre

Há, nas Ciências Sociais, um debate contínuo sobre a definição do termo *desastre*. Há certo consenso de que definições que focam o agente natural ou tecnológico do desastre tiram a atenção da natureza fundamentalmente social do mesmo. Susan L. Cutter (2005) resume bem a situação quando afirma: “A questão motivadora para esse novo paradigma não é ‘o que é um desastre’, mas sim ‘o que faz pessoas e lugares vulneráveis (e resistentes) a ameaças ambientais e eventos inesperados?’”¹ Ou seja, quando consideramos a vulnerabilidade de certo grupo social, estamos também focando em “*how the lack of social power makes people unable to influence where and how they live and deprives them of a political voice*” (IRVINE, 2009, p. 4). No caso dos animais, há o agravante da falta de autoexpressão inata que os coloca em desvantagem para comunicar seus enfrentamentos. Ademais, assim como outros grupos historicamente oprimidos, os animais, por muito tempo, foram reconhecidos apenas pela utilidade prática das diferentes espécies, que foram utilizadas sistematicamente em benefício de outro grupo hegemônico, no caso dos animais, a espécie humana. Os animais em nossa sociedade sempre foram considerados objetos passíveis de uso e não sujeitos. Peter Singer, em 1975, publica o livro *Animal Liberation* (SINGER, 2004), que introduz novas preocupações éticas sobre o modo como tratamos os animais não-humanos em nossa sociedade. Desde então, o debate se aprofundou e vemos, aos poucos, avanços em prol dos animais não-humanos que coabitam este planeta conosco.

Diferentes animais possuem diferentes habilidades para lidar ou escapar de riscos e também apresentam maior ou menor controle sobre seus

1. Tradução nossa.

ambientes. Ou seja, diferentes tipos de animais são vulneráveis de maneiras diferentes a determinados riscos. A vulnerabilidade é uma característica variável e não uma generalizante ou algo intrínseco (IRVINE, 2009). Os animais domésticos, como o próprio nome diz, foram domesticados no decorrer dos anos e, por isso, dependem enormemente dos seres humanos para sobreviver. Em uma situação crítica, muitos se perdem de seus guardiões e acabam morrendo por inanição, desidratação, doenças, atropelamentos, etc. A fim de mudar esse cenário, já é passada a hora de incluirmos essa categoria de animais em planos de contingência e nos planejamentos de prevenção, preparação, mitigação e recuperação.

Appreciating the nature of humans' attachment to their animals and the meaning of this relationship in different sociocultural and occupational groups has enormous practical implications for disaster management. The importance of these and other issues related to animals in disaster planning is only a very recent phenomenon. In the past, animals, whether pets, livestock, or in the wild, have often been considered only as an afterthought or have even been overlooked by emergency planners and the general public (HALL et al., 2004, p. 368).

A preocupação com a questão animal é muito recente. Nos Estados Unidos, o furacão Katrina, em 2005, causou grande comoção. Na ocasião, milhares de animais sofreram com a resposta inadequada das autoridades competentes e com a falha na evacuação, em que foram deixados para trás.

No caso do furacão Katrina, os planejadores de transporte de emergência fracassaram com os "mais vulneráveis" da nossa sociedade – os indivíduos sem carro, os que não sabiam dirigir, os sem-teto, as pessoas doentes, inválidas, idosas e as crianças. Como resultado, muitas pessoas vulneráveis foram deixadas para trás e podem ter morrido em decorrência de não terem tido nenhum transporte (BULLARD, 2006, p. 127).

No ano seguinte foi instituída a lei federal conhecida como Pets Evacuation and Transportation Standards Act (PETS). As alterações previstas nessa lei destinavam-se a assegurar que os planejadores operacionais de preparação para emergências, tanto estaduais quanto locais, considerassem as necessidades de indivíduos que possuíam animais domésticos e de serviço, na sequência de uma catástrofe de grandes proporções. Na grande maioria das instâncias, a recomendação tem sido apenas: não deixe o animal para trás, leve-o com você, entretanto, os abrigos não aceitarão animais.

No Brasil, a Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC/RJ) elaborou, em 2013, o "Plano de Contingência da Família: de-

envolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres”. Nesse documento, há um tópico denominado Animais de Estimação:

- ◆ Se você possui animais domésticos, deve incluí-los no seu Plano de Contingência da Família.
- ◆ Identifique um amigo, vizinho ou cuidador de animais de confiança para que cuide de seu animal doméstico caso uma emergência lhe impeça de voltar para casa.
- ◆ Coloque uma etiqueta na porta de sua casa para que os serviços de resgate saibam que existe um animal doméstico no interior.
- ◆ Pergunte ao veterinário por instalações para o cuidado de animais que ofereçam abrigo durante uma emergência.
- ◆ Cães e gatos devem sempre portar coleiras, etiquetas de vacinação e identificação.
- ◆ Conheça os lugares onde se escondem normalmente seus animais domésticos, para poder encontrá-los facilmente em caso de emergência.
- ◆ Prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação e coloque artigos para eles em sua Caixa de Emergência. Inclua uma foto colorida atual sua e de seu animal juntos, cópias das fichas veterinárias com data das vacinas, certificado de propriedade e identificação, uma caixa de transporte, focinheira e coleira.
- ◆ Nunca deixe um animal sozinho dentro de um carro, especialmente ao sol ou em dias de muito calor (VAZ, 2013, p. 15).

Ou seja, previamente a qualquer acontecimento, caberia ao tutor procurar saber para onde levar seus animais em caso de emergência. Ou, então, deixá-los para trás, o que a literatura nos aponta ser uma recomendação errônea. Heath, Vocks e Glickman (2000) afirmam que “tutores de animais e gestores de emergência devem entender que a maioria das condições que não são seguras para as pessoas também não são seguras para seus animais”.

Essas orientações prévias são importantes, entretanto, não são suficientes, pois colocam toda a responsabilidade no tutor e não fornece alternativas. Estudos indicam que, sabendo que seus animais não podem acompanhá-los, muitos optam por permanecer em suas casas com os animais de estimação, o que complica ainda mais os esforços de resgate humano. Além de que mais de 80% das pessoas que retornam prematuramente a uma área evacuada depois de a terem deixado o fazem para resgatar o animal de estimação (HEATH, 2000).

Mesmo em países que já estão à frente do Brasil na questão, parece faltar suporte de qualquer tipo. Nesse sentido, em uma situação crítica, grupos organizados da sociedade civil que visam defender os interesses dos animais acabam sendo sobrecarregados pela magnitude das responsabilidades:

Este tem sido o mantra para todos os níveis de governo que prestam alguma atenção às questões animais. No entanto, é claro que estas organizações sozinhas não têm os recursos ou a capacidade para lidar com desastres nacionais de grande escala, e é inadequado “despejar” essa responsabilidade exclusivamente neles (WITTNICH; BELANGER, 2008, p. 128, tradução nossa).

Grupos de proteção animal

Os grupos organizados da sociedade civil que atuam com iniciativas voltadas para o desenvolvimento e promoção do bem-estar social são referenciados por diferentes termos na literatura. Um dos termos mais utilizados para descrevê-los é Organização Não-Governamental (ONG). Essas organizações têm por características principais a finalidade não lucrativa, autonomia, orientação por missões claramente definidas e prioritárias. São organizações privadas com finalidades públicas que utilizam recursos provenientes de doações, patrocínios ou fundos públicos. Sua administração, em geral, é regida pela solidariedade, trabalho participativo e atendimento às necessidades sociais (SOARES, 2006). Nos últimos trinta anos ocorreu incremento quantitativo do universo de entidades do tipo no país, acompanhado da ampliação dos tipos de organização que se habilitaram a classificar-se nessa categoria. Essas organizações podem ter as mais diversas formas e áreas de atuação, entretanto, neste capítulo, exploraremos o perfil de grupos organizados que têm por objetivo a proteção animal, mais especificamente voltada principalmente para animais de companhia, no Brasil.

De fato, ONGs parecem estar bem posicionadas para desempenhar papel significativo nessa área. ONGs tendem a trabalhar com os grupos mais pobres e mais marginalizados da sociedade. Além disso, a abordagem participativa para o desenvolvimento almejado por muitas delas oferece-lhes a oportunidade de examinar a natureza da vulnerabilidade das comunidades e, com base nessa análise, incorporar em seu trabalho medidas adequadas de prevenção, mitigação e preparação para desastres (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa).

Infelizmente, no Brasil, o trabalho de ONGs de proteção animal muitas vezes não é valorizado. Em outros países, como nos EUA, a atuação

conjunta de ONGs com o Estado é bastante reverenciada, inclusive com o apoio de corporações privadas que investem parte de seus lucros em ações sociais em benefício do coletivo.

Podemos ver, como exemplo brasileiro, o caso do Grupo Estimação, grupo organizado da sociedade civil de Teresópolis que atuou na tragédia da região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. O Grupo Estimação acolheu cerca de dois mil animais de diferentes espécies durante a crise aguda, realizando todo tipo de atendimento somente com a ajuda de voluntários e de doações: como resgate (inclusive dificultado pelo ente público), atendimento veterinário, abrigo, alimentação, encaminhamento a novos lares, etc. O grupo foi recompensado, por realizar tarefa que deveria ser do Estado, com uma Declaração de Utilidade Pública.

Essa declaração acaba representando uma pretensão de reconhecimento, um pedaço de papel apenas, pois na prática os serviços realizados que foram reconhecidos como relevantes não foram resguardados pelo Estado no momento em que, após o holofote da mídia ter se apagado, o grupo enfrentou dificuldades reais em mantê-los fora das ruas. Nenhuma verba ou recurso foi destinado à instituição, de nenhuma das esferas de governo. Mesmo assim, o grupo continua atuando nas ruas da cidade muito depois de a crise aguda ter acontecido. O número de animais abandonados nas ruas brasileiras é consequência de uma crise crônica que se estende no tempo social, resultado de um processo de vulnerabilização sócio-histórico. Apesar do grande trabalho realizado pelas ONGs, elas apenas conseguem amenizar o problema. Sem o envolvimento ativo do Estado, incentivando e facilitando o trabalho conjunto e a parceria com os grupos organizados, a crise naturalizada não será ultrapassada.

No Brasil, na grande maioria das vezes, não temos um representante dos grupos organizados dialogando na instância do planejamento para desastres. Os poucos órgãos ou secretarias dedicados aos animais também acabam não se envolvendo nos planos de contingência elaborados pela Defesa Civil, criando falta de comunicação e lacunas de conhecimento sobre como lidar com a população animal. O saber científico-técnico e o saber comunitário deveriam dialogar. Para os autores Benson, Twigg e Myers (2001), apesar do importante papel das ONGs, atualmente, pouco de suas experiências em prevenção, mitigação e preparação é documentado, e muito poderia ser aproveitado desse conhecimento para se avançar nessa área. Há grande falta de integração entre as instituições, permitindo que as autoridades utilizem discursos de fatalidade, assim, quando um desastre acontece, a culpa não recai sobre nenhum órgão es-

pecífico. Ainda segundo esses autores, alguns dos motivos pelos quais as ONGs são atores particularmente efetivos em cenários de desastre são:

- ◆ ONGs optam por trabalhar com os mais necessitados;
- ◆ assumem uma abordagem participativa, respondendo às necessidades da população local;
- ◆ fazem compromissos de longo prazo;
- ◆ operacionalmente, são rápidos, flexíveis e de baixo custo;
- ◆ são inovadores na identificação de questões emergentes e em experimentar novos métodos; e
- ◆ tentam dar às pessoas sem poder ou marginalizadas voz nas discussões políticas com os ricos e poderosos (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa).

Os grupos e protetores de animais brasileiros apresentam várias características únicas que merecem ser exploradas mais a fundo. As informações para a elaboração desse compilado são resultado do interesse contínuo pelo tema durante alguns anos, tanto como acadêmica quanto como voluntária envolvida com grupos locais.² Foram utilizadas as redes sociais para acompanhar e ter uma visão geral dos problemas enfrentados pela proteção animal no Brasil. Atualmente, as redes sociais são uma ferramenta importante para esses protetores, tornando-se recentemente um aspecto relevante da proteção animal graças a seu grande alcance. O envolvimento na resolução de problemas e o acompanhamento da rotina de diversas entidades e protetores independentes atuantes em diferentes regiões brasileiras nos revelam várias semelhanças entre seus enfrentamentos.

Grupos ou entidades que têm por principal objetivo a proteção animal em geral são formados por pessoas com grande sensibilidade em relação ao sofrimento dos animais. As organizações brasileiras de proteção e bem-estar animal atuam em diversas áreas, como: resgate e tratamento de animais domésticos; programas de esterilização e adoção de cães e gatos; campanhas de conscientização sobre maus-tratos; programas educativos; dentre outros. Além disso, realizam mobilizações pela criação e aplicação de leis de proteção aos animais (WSPA).³

Essas organizações, diferentemente de algumas cujo principal objetivo são outras questões sociais, dificilmente recebem qualquer tipo de

2. Grupos da cidade de São Carlos (SP).

3. Retirado do site oficial da WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal. Disponível em: <http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/> Acesso em: 20 mar. 2015.

fundo governamental ou até mesmo patrocínio. Podemos citar como exemplo a Adote um Gatinho,⁴ ONG situada em São Paulo e que há anos divulga publicamente seu interesse em conseguir um patrocínio. Apesar de ser considerada uma organização idônea, bem-sucedida e que realiza um trabalho competente no resgate e adoção de gatos em seus mais de dez anos de funcionamento, até hoje nenhuma empresa se interessou em patrociná-la. Essas organizações, na sua grande maioria, mantêm os animais que estão sob seus cuidados somente com a ajuda de doações de pessoas físicas ou com a verba angariada em eventos realizados com esse propósito. Por isso o papel importante das redes sociais, que divulgam o trabalho realizado para além da região em que atuam, sem falar na divulgação de animais que aguardam adoção.

Uma característica incomum relacionada com a questão animal é o número de pessoas, aqui referidas como protetores de animais, embora nem todas se identifiquem como tal, que realizam ações no sentido de prezar pelo bem-estar animal independentemente de estarem oficialmente ligadas a organizações não-governamentais. Retiram animais das ruas ou resgatam animais vítimas de maus-tratos e oferecem abrigo e tratamento veterinário para posteriormente colocá-los para adoção. Tanto protetores de animais independentes quanto os membros dos grupos organizados em geral têm emprego fixo não relacionado com a causa animal e em seu tempo livre se dedicam intensamente aos animais. Protetores de animais e entidades vivem constantemente sobrecarregados, além dos seus limites de ocupação, por uma série de razões. Uma das principais é que a motivação para alguém se tornar um protetor de animais é a compaixão pelo Outro, pelos seres que estão em situação de vulnerabilidade. Assim, com o grande número de animais nas ruas, também são muitos os que aparecem necessitando de ajuda. Para alguém que se sensibiliza, agir racionalmente e negar ajuda a um ser que se encontra em situação de fragilização não é o usual.

Um aspecto importante das entidades particulares de proteção animal brasileiras, que difere das atuantes em outros países, é a política de não realizar eutanásia. Mesmo em condições precárias, os animais resgatados são encaminhados para um veterinário e, se há alguma possibilidade de recuperação, independente do preço, o tratamento é iniciado. Assim, para conseguir realizar esse trabalho dispendioso, em geral, os casos são divulgados para arrecadar doações a fim de cobrir os tratamentos. Por essa razão, protetores de animais criam grandes redes de cooperação, que operam

4. Site oficial: <http://adoteumgatinho.uol.com.br/>. Acesso em: 21 mar. 2015.

por meio do compartilhamento de informações, indicações, divulgação, ajuda com transporte, dentre outros. As organizações que não possuem abrigos funcionam como fonte de conexões e orientação, além de muitas vezes realizar trabalho de conscientização. Outra característica encontrada nas ONGs maiores e mais respeitadas é a realização somente de adoções responsáveis. Antes de entregar um animal que foi resgatado e tratado, alguns questionamentos são feitos para o possível adotante e, dependendo das respostas, a adoção não acontece. Esses protetores entendem que todo o trabalho realizado é em vão quando o adotante não pratica a guarda responsável.⁵ Em geral, os animais também são entregues já castrados para evitar crias indesejáveis e um novo ciclo de abandono.

Há uma visão errônea disseminada na sociedade de que o protetor de animais é alguém designado para essa função e que tem a obrigação de cumpri-la. Porém, protetores de animais nada mais são do que pessoas que entendem que é responsabilidade social coletiva resguardar a vida desses seres tão negligenciados pela sociedade. Em virtude desse engano, muitos buscam as organizações ou os protetores independentes exigindo resgates ou abandonando animais em suas portas, além de realizar ameaças sugerindo que, se o protetor não atender a seus pedidos, será uma sentença de morte ao animal.

As pessoas nos perguntam assim: “Se vocês não podem resgatar, pra onde podemos levar então?”. Gente, entendam de uma vez por todas: não existe um lugar para onde vocês possam levar, isso no nosso país simplesmente não existe! Não existe um lugar seguro para levarmos os animais. Com exceção de raríssimas prefeituras que tentam manter um programa razoavelmente decente de castração e adoção, não existem abrigos públicos bem estruturados. (...) Sequer estatísticas confiáveis nós temos! Os nossos CCZs de modo geral são um campo de concentração, e quem entra lá dificilmente sai vivo. Além disso, não podemos esquecer que a função original do CCZ nunca foi de resgate e adoção, mas sim de controle de zoonoses, como o próprio nome diz. Muitas vezes é difí-

5. Guarda responsável são algumas regras básicas que um tutor deve seguir *de forma a se garantirem a saúde, a segurança e o conforto de seus animais* durante toda a vida deles. É responsabilidade do tutor prover-lhe tudo o que for necessário e de qualidade, como abrigo, conforto, imunização contra doenças, alimentação, assistência médica, esterilização, lazer, segurança (que significa não permitir o livre acesso às ruas), etc. Deter a guarda de um indivíduo abrange muitas responsabilidades e dilemas que devem ser pensados e resolvidos muito bem, por isso a adoção deve ser de forma orientada e consciente, evitando assim novos abandonos. Várias questões devem ser respondidas antes de se adotar um animal de companhia. Veja mais em: <http://www.uniaolibertariaanimal.com/site/index.php/variedades/artigos/16-perguntas-para-guarda-responsavel.html>. Acesso em: 21 mar. 2015.

cil até de convencer os bombeiros a irem resgatar um gato preso em uma árvore ou na tubulação de esgoto (RESGATINHOS, 2013).

A fragilidade multidimensional em conjunto com o abandono sociopolítico da população animal colocam pressão e responsabilidade além da desejada sobre aqueles que já realizam o que consideram dentro de suas possibilidades. O grupo Resgatinhos⁶ de Campinas, em artigo abordando a questão dos protetores, afirma: “Pois montar um abrigo é a maneira mais rápida e certa de ver todo o seu dinheiro, saúde e sanidade emocional irem embora”.⁷ O trabalho dos grupos organizados da sociedade civil não soluciona o problema crônico de descaso, desrespeito, abandono, maus-tratos e superpopulação de animais, apenas tenta amenizá-lo.

A necessidade de grupos organizados que atuem na questão animal sempre existirá, porém, com o poder público realizando pouquíssimas ações voltadas à população animal no sentido de solucionar os problemas centrais, os chamados protetores de animais estarão sempre sobrecarregados e, mesmo realizando muito trabalho, não solucionarão o problema. Sem o Estado como aliado e sem endereçar a crise naturalizada, todas as medidas são paliativas.

Nas crises agudas ou desastres, o poder público não comparece para resolver crises intensas relativas à população animal. São essas mesmas entidades, grupos e organizações que suprem essa demanda. Voluntários que decidem ajudar, muitas vezes, possuem previamente animais sob seus cuidados. O abandono crônico não para quando um desastre acontece. Esses grupos e protetores independentes se desdobram diariamente para realizar uma função que o Estado está longe de cumprir. A legislação vaga juntamente com a naturalização do abandono causada pela falta de políticas públicas que visam à sensibilização e à educação ambiental são as grandes causadoras do problema crônico que vulnerabiliza e resulta em efeitos devastadores na ocorrência de uma crise aguda.

Censo e iniciativas

Uma das providências mais importantes na realização de um planejamento de contingência efetivo, que devemos ressaltar, seria a contabilização dos animais domésticos e de serviço existentes em determinada região. As estimativas atuais brasileiras são altamente imprecisas. O

6. Site oficial: <http://www.resgatinhos.com.br/>. Acesso em: 21 mar. 2015.

7. Artigo disponível em: <http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao/>. Acesso em: 25 mar. 2015.

ideal seria ter um cadastro de todos os animais: domiciliados, semidomiciliados e errantes. Isso poderia ser realizado por meio de campanhas, com postos para registro em pet shops e clínicas veterinárias e incentivos fiscais para aqueles que cadastrarem animais que estão sob seus cuidados. Iniciativas desse tipo já despontam em algumas localidades, como Araquari, município de Santa Catarina, que em junho de 2014 sancionou um projeto de lei que estipula que moradores que adotarem “animais de rua” terão desconto no IPTU.⁸ Com isso, haverá um cadastro dos animais daquela região.

Também, estudos em andamento buscam estimar com elevada precisão quantos cães e gatos domiciliados vivem nas cidades brasileiras, por meio de softwares, como um que é desenvolvido atualmente por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP).⁹

A Defesa Civil de Campos dos Goytacazes (RJ) também tem um projeto inovador: eles realizaram, em parceria com a Associação de Proteção Animal (APA), o levantamento de moradores e também de animais que habitam a região de Três Vendas, um bairro frequentemente invadido pelas águas, resultando em enchentes, inundações e alagamentos. Essa parceria já trouxe bons resultados em outras ocasiões, como no caso da inundação do bairro de Ururáí, em 2013.

O grande número de animais abandonados nas ruas, a falta de informação sobre a população animal, juntamente com o fracasso dos moradores em identificar e vacinar seus animais, são agravantes em situação de desastre. Condições preexistentes que vulnerabilizam a população animal determinam as consequências de um desastre, muito mais do que condições que surgem como resultado da crise aguda. O abandono é uma das maiores consequências de desastres para os animais. Os fatores que influenciam donos a entregar seus animais a abrigos humanitários são os mesmos em períodos de desastre ou não-desastre: problemas comportamentais, idade e o status de esterilização, assim como mudança de residência do dono. Todas essas semelhanças entre o abandono de animais durante crises pontuais e o abandono em outras épocas indicam que o padrão de cuidados com o animal previamente a um desastre aponta a disposição que um tutor terá de cuidar de seu animal quando um desastre ocorrer. A prevenção com relação a animais em contexto de desastre passa também por políticas públicas que tenham por objetivo o controle

8. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/prefeitura-vai-dar-desconto-no-iptu-para-quem-adotar-animal-de-rua.html>. Acesso em: 26 mar. 2015.

9. Disponível em http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/. Acesso em: 26 mar. 2015.

populacional por meio da esterilização, o cadastro dos animais e de seus tutores, a identificação dos animais, campanhas de vacinação e de adoção de animais abandonados, atendimento veterinário a baixo custo, dentre outros. Com o poder público oferecendo serviços básicos de qualidade, cria-se uma rede de apoio ao tutor do animal, fator que provavelmente resultaria em diminuição dos casos de abandono. Com menos abandono, a população animal se torna menos vulnerável a fatores externos.

Um bom exemplo de agente efetivo no sentido de preparação para uma crise aguda com relação aos animais, por tratar do assunto regularmente e não apenas na crise, é o órgão chamado Animals in Schools Education Trust (AASET), que atua na Nova Zelândia, trazendo a discussão da questão animal às escolas do país:

The Animals in Schools Education Trust (AASET) works to provide resources to promote the inclusion of animal topics, including animal welfare, in schools throughout New Zealand. AASET endorses and encourages the addition of balanced material relating to animals in all roles in society, including working animals, those kept in the farming sector, companion animals, and those used in RTT. AASET believes that teaching young people about the importance of animal welfare will positively affect their long-term development and relationships with animals and one another (BAYVEL; CROSS, 2010, p. 6).

Mesmo em países que, na última década, começaram a gradualmente incluir animais em seus planos de resposta aos desastres, como os Estados Unidos, vemos que não há resposta correta sobre um modelo de plano que seja ideal. Irvine afirma que, mesmo com a lei federal PETS:

Local and national activists and animal welfare agencies, as well as other animal stakeholders, will continue to carry out the work, using donations and volunteer labor. Federal legislation regarding animal welfare in disasters goes nowhere without volunteers and activists (IRVINE, 2006, p. 2).

Ou seja, a lei serve apenas para dar respaldo às ações dos grupos que já realizavam trabalhos de resposta emergencial a desastres previamente à lei. Os próprios órgãos do ente público, na realidade, não possuem estrutura ou preparo para realizar o trabalho que esses grupos desenvolvem. O que nos indica que a resposta está na parceria dos atores e na colaboração mútua entre o Estado e a sociedade civil. Os grupos organizados não dão conta de suprir toda a demanda de atendimento sem o respaldo e o incentivo da lei, acabando por realizar o trabalho em situações precárias,

e o Estado não é capaz de dar resposta adequada à população animal sem dialogar com atores que representem esse segmento.

Parceria e diálogo

Quando se trata de criar planos de contingência eficazes, acreditamos que as palavras-chave sejam parceria e diálogo. A superpopulação de animais domésticos, tanto domiciliados quanto errantes, é um problema de grande proporção. Somente o Estado, ou somente a sociedade civil sozinha, não dará conta de mudar a realidade dessa população. Nesse sentido, uma questão muito importante que devemos salientar é a tendência brasileira de órgãos que são os responsáveis por atuar nas medidas de resposta a desastres, como, por exemplo, a Defesa Civil, serem, em geral, de natureza militarizada.

A racionalidade das autoridades competentes segue uma lógica operativa militar, de cultura autoritária e falta de transparência, e esse tipo de lógica impede que se tenha um diálogo transparente e democrático com outros atores importantes, inclusive com a população afetada.

Instituições engessadas, que atuam de forma hierárquica e autoritária, falham em reconhecer os reais problemas enfrentados pelo meio social. Em vez disso, uma instituição militarizada vem para “resolver o problema e impor a ordem”:

Porque o pensamento institucional só pode enquadrar problemas seletivamente, as soluções oferecidas muitas vezes ficam aquém de resolver os problemas experienciados pelos que estão fora da alçada da instituição. Em outras palavras, o pensamento institucional falha em enxergar aspectos relevantes da situação ou circunstâncias que são prementes para aqueles que vivenciam o problema (IRVINE, 2006, p. 4, tradução nossa).

O que acontece é uma disputa de poder no cenário de devastação, em que os órgãos institucionais estão competindo entre si e impondo o saber técnico-cientificista à população. Há racionalidades diferentes dentro do próprio Estado, assim como existem racionalidades diferentes na sociedade civil. E todas estão em disputa em meio ao caos que é um desastre, e isso impede o trabalho em conjunto. As autoridades competentes acabam por desrespeitar os diferentes saberes e interpretações sobre como agir/sentir, considerando o saber técnico como o único detentor da verdade. É necessário planejamento estratégico prévio, diálogo entre a Defesa Civil, grupos organizados e a população, sem desqualificar o discurso do Outro. Somente assim um plano de contingência seria realmente eficaz.

No âmbito de uma multiplicidade de agentes em concorrência e da disputa desigual ou assimétrica entre os mesmo, se confirma a desqualificação de determinados argumentos e práticas leigas – ou a depreciação de suas formas de interpretação do processo (VARGAS, 2014, p. 269).

Há em nossa sociedade, como já apontado, uma naturalização da situação de abandono, maus-tratos e indiferença com relação aos animais. Essa mentalidade também perpassa as instituições. Assim, em uma situação de resposta de emergência, em geral, o especismo¹⁰ e uma atitude paternalística prevalecem, e esses agentes de resposta direta acabam escolhendo salvar vidas humanas primeiro, muitas vezes à custa da vida de animais (IRVINE, 2006). Por isso também a importância do período de planejamento, de se considerarem todas essas questões antes de uma catástrofe acontecer.

Irvine nos fornece um exemplo de como pequenas modificações nas ações das autoridades competentes em medidas de resposta, quando incluindo os animais no planejamento, ao fugir da lógica especista, faz muita diferença:

If disaster response policy were examined with an eye to eliminating speciesist assumptions, small changes could improve the situation for people and animals. [...] For example, in a conversation I had with a veterinarian volunteer about six months after Katrina, I learned that Red Cross responders are not permitted to carry dog and cat food in their vehicles. [...] Hundreds, perhaps thousands, of dogs and cats starved because emergency vehicles were reserved for *human* needs. Only once animal response teams were allowed in the city could food be made available to stranded and stray animals (IRVINE, 2006, p. 6).

Outra questão é a confiança nas autoridades competentes, pois não adianta recomendar que a população prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação, tenha caixas de transporte, identificação, alimento, etc., se, no entanto, em caso de uma ordem de evacuação real, os indivíduos forem obrigados a ceder à autoridade e à expertise de gestores de emergência que irão impor sua lógica tecnicista.

10. O termo “especismo” (do inglês *speciesism*) foi lançado pelo psicólogo britânico Richard Ryder, na década de 1970, mas ganhou mais evidência a partir do livro *Animal Liberation* (1975), de Peter Singer, que imprime a seguinte definição (buscando paralelos com o racismo e o sexismo): “é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras”.

São necessários sensibilidade e preparo para lidar, numa hora crítica, com os tutores que prezam por seus animais de estimação e que não realizarão medidas de emergência que não os contemplem. Animais influenciam decisões, por isso são elementos fundamentais para a promoção da resiliência de indivíduos e comunidades e devem ser incluídos em todo e qualquer tipo de ação emergencial.

Considerações finais

Animais são cronicamente vulneráveis na sociedade em que vivemos. O especismo perpassa todo o meio social, inclusive as instituições. Temos de nos atentar a isso, se buscamos medidas de prevenção, preparação, mitigação e recuperação mais eficientes para a população animal e também para seus tutores humanos.

Grupos de proteção animal são sobrecarregados de trabalho já em suas atuações cotidianas. Em situação crítica, é necessário que redes de apoio mais complexas sejam criadas, com profissionais qualificados locais que atendam à demanda, como veterinários treinados para situações de desastre.

Serviços básicos oferecidos previamente a tutores de animais, como atendimento veterinário gratuito, campanhas de esterilização, conscientização sobre guarda responsável, educação ambiental, etc., diminuem a vulnerabilidade dessa população com relação a qualquer fator de ameaça. Combater a crise crônica de naturalização do abandono é o que efetivamente transformaria a realidade dessa população.

O Estado e a sociedade civil devem caminhar conjuntamente, com os órgãos públicos e a lei respaldando as ações dos grupos organizados, incluindo-os no processo de elaboração de planos de contingência, e com os grupos atuando de maneira orientada e mais eficazmente ao lado da Defesa Civil.

A contabilização de animais vivendo em determinada região e de vidas perdidas após uma crise aguda também são informações cruciais para analisar se as medidas emergenciais estão sendo efetivas. Atualmente, não ter qualquer uma dessas estatísticas nos indica que é preciso mudança de mentalidade. É importante também, para uma situação de evacuação, ter meios adequados para o transporte desses animais e uma logística já previamente engatilhada.

Há avanço: a mentalidade da sociedade sobre os animais está aos poucos mudando. É o que os poucos, mas em número crescente, trabalhos

sobre o assunto apontam. Muito ainda há a ser estudado para se conseguir, na prática, um plano de ação que se encaixe nas particularidades do meio social brasileiro, respeitando ainda as características específicas de cada região. Porém, é baseando-se nas experiências práticas dos atores que frequentemente se envolvem na situação crítica de crise aguda, como grupos organizados da sociedade civil, que planejamentos mais eficazes serão elaborados. Principalmente porque esses grupos também estão envolvidos na realidade cotidiana dessa população, lidando com a vulnerabilidade crônica na qual esses animais se encontram.

É imprescindível e urgente uma abertura sincera ao diálogo, advinda dos órgãos públicos, que saibam ouvir e incorporar saberes múltiplos, trabalhando em parceria com a população, para conseguirmos planejamentos estratégicos mais eficazes. Precisamos quebrar o ciclo vicioso de disputas de poder para trabalhar conjuntamente, realizando um diálogo transparente entre os atores presentes em um fenômeno complexo que é um desastre.

Os processos de vulnerabilização forjam, historicamente, o público e a ocasião: havendo o impacto de um fator ameaçante qualquer, garantido está amplo contingente desprotegido para afetar duramente. E, após o “dia do desastre”, o pouco feito, pelos atores nacionais e multilaterais, em prol da restituição dos mínimos vitais e da recuperação das capacidades, individuais e comunitárias, dos afetados garantirá a próxima “safa” de desastres (VALENCIO, 2012, p. 204).

Bibliografia

ANTONIO, L. S. **Animais em contexto de desastre no Brasil**: da fragilização multidimensional ao abandono sociopolítico. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BAYVEL, D. A. C; CROSS, N. Animal welfare: a complex domestic and International Public-Policy Issue – who are the key players? **J. Vet. Med. Educ.**, v. 37, n. 1, p. 3-12, 2010.

BENSON, C.; TWIGG, J.; MYERS, M. NGO Initiatives in risk reduction: an overview. **Disasters**, v. 25, n. 3, p. 199-215, 2001.

BULLARD, R. T. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma ‘nova’ Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: SENELE, H.; PACHECO, T. (Orgs.) **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2006. p. 126-147.

CUTTER, S. L. Are we asking the right question? In: PERRY, R.; QUARANTELLI, E.L. (Org.). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris Books, 2005. p. 39-48.

HALL, M. J.; NG, A.; URSANO, R. J.; HOLLOWAY, H.; FULLERTON, C.; CASPER, J. Psychological impact of the animal-human bond in disaster preparedness and response. **Journal of Psychiatric Practice**, v. 10, n. 6, p. 368-374, Nov. 2004,.

HEATH, S. E. **An epidemiological study of public and animal health consequences of pet ownership in a disaster**: the January 1997 flood of Yuba County, California. Dissertation Abstracts International: Section B, The Sciences and Engineering, 2000.

HEATH, S. E.; VOCKS, S. K.; GLICKMAN, L. T. A study of pet rescue in two disasters. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 18, n. 3, p. 361-381, Nov. 2000.

HUDSON, L. C.; BERSCHNEIDER, H. M.; FERRIS, K. K.; VIVRETTE, S. L. Disaster relief management of companion animals affected by the floods of Hurricane Floyd. *Vet Med Today: Disaster Medicine* **JAVMA**, v. 218, n. 3, Feb. 1, 2001.

IRVINE, L. Animals in disasters: issues for animal liberation activism and policy. **Animal Liberation Philosophy and Policy Journal**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2006.

_____. **Filling the Ark**: animal welfare in disasters. Philadelphia, PA, USA: Temple University Press, 2009.

RESGATINHOS. **A ilusão dos abrigos e dos grupos de proteção**. 7 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Lugano, 2004.

SOARES, P. **O papel da informação em entidades de proteção animal**. Estudo de caso: Instituto Nina Rosa. 2006. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VALENCIO, N. **Para além do ‘dia do desastre’**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012. (Coleção Ciências Sociais).

VARGAS, D. Desastre – autoridades e afetados: desiguais condições de poder ou esforço de negação do dissenso. In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construções, interfaces e perspectivas. v. 4. São Carlos: RiMa, 2014. p. 255-280.

VASCONCELOS, Y. Vira-latas sob controle. **Agência Fapesp**, 22 set. 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/> Acesso em: 26 mar. de 2015.

VAZ, P. R. M. **Plano de contingência da família**: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres. Rio de Janeiro: ESDEC, 2013.

WITTNICH, C.; BELANGER, M. How is animal welfare addressed in Canada’s Emergency Response Plans? **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 11, n. 2, p. 125-132, 2008.

WSPA. Sociedade Mundial de Proteção Animal. **Organizações brasileiras**. Disponível em: <<http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.